

MENTORIA PMPE

História de Pernambuco

A CAPITÂNIA DE PERNAMBUCO: A GUERRA DOS BÁRBAROS: A LAVOURA AÇUCAREIRA E MÃO DE OBRA ESCRAVA; A GUERRA DOS MASCATES

As Capitânicas hereditárias foram as divisões de terra que Portugal fez no litoral Brasileiro e distribuiu para capitães donatários. Pernambuco foi delas, doada pelo rei de Portugal, Dom João III a Duarte Coelho Pereira (1534). Constituiu-se em Província, na época da Independência e, após a Proclamação da República Brasileira, no Estado de Pernambuco.

O Rei de Portugal, Dom João III, instituiu o sistema de capitânicas hereditárias como forma de ocupação e colonização do Brasil, dividindo o território em quinze (14) lotes – capitânicas hereditárias – as quais doou a súditos que haviam prestado relevantes serviços ao reino.

O sistema fora utilizado pelo governo português na Ilha da Madeira, em Cabo Verde, nos Açores e em São Tome, doando terras em caráter vitalício e hereditário a cidadãos da nobreza – donatários -, governadores das capitânicas. O território de cada capitania, no Brasil, ia do litoral até o limite estipulado no Tratado de Tordesilhas.

Os donatários tinham a tarefa de governar, colonizar, resguardar e desenvolver a região com recursos próprios. A Coroa portuguesa ocupava o território do Brasil e fazia dele fonte de lucro.

A Capitania de Pernambuco foi outorgada a Duarte Coelho Pereira, por Carta de Doação lavrada a 10 de março de 1534, recebendo o título de Capitão e Governador das terras de Pernambuco. A Capitania, a que o donatário chamou de Nova Lusitânia, homenagem à origem da pátria, se estendia entre o rio Igarauçu e o rio São Francisco.

Duarte Coelho Pereira recebeu a doação e partiu para o Brasil, trazendo a esposa Brites de Albuquerque, e muitos parentes e amigos, procedendo assim as famílias Albuquerque Maranhão. João Gomes de Melo, casou com Ana de Holanda, originando a Família Melo.

Duarte Coelho desembarcou no porto da Ilha de Itamaracá, chamado de Pernambuco Velho, em 9 de março de 1535, e tomou posse da Capitania. Acompanhava-o essa verdadeira corte, constituída na maioria de nobreza do norte de Portugal, os quais diferentes da maioria dos demais colonizadores, para receber terras, cultivar as terras e nelas se estabelecendo, fazendo a prosperar.

A história diz que desembarcou às margens do rio de Santa Cruz, onde havia um núcleo de povoamento, que passou a chamar Sítio dos Marcos, porque ali se demarcam as terras da Capitania de Pernambuco com as Terras de Itamaracá, onde existiria a feitoria régia para tráfico de pau brasil e uma fortaleza de madeira, na qual se abrigaram Duarte Coelho e sua comitiva.

O donatário incumbiu a Afonso Gonçalves, seu companheiro de jornada da Índia, que erigisse a Vila de Igarauçu. Segundo a tradição oral a cidade foi fundada em 27 de setembro de 1535, após a vitória dos portugueses, sob o comando do capitão Afonso Gonçalves fez vir, muitos parentes com suas mulheres e filhos, que passaram a lavrar a terra entre os moradores anteriores, plantando mantimentos e cana de açúcar, para que o capitão donatário começou a construir um engenho.

A povoação foi elevada à categoria de vila em data não precisa, provavelmente em 1564, quando foi estabelecida estrutura administrativa da Vila, dotando-a de autonomia política, administrativa e econômica. A freguesia dos Santos Cosme e Damião foi criada em 1594.

Não sendo a povoação de Igarauçu local adequado onde as defesas pudessem resistir a ataques indígenas e de corsários e outros inimigos, seguiu Duarte Coelho em direção ao Sul, procurando um sítio adequado à edificação de uma povoação que se tornasse o centro de sua administração. Encontrou nas sete colinas situadas defronte ao mar, onde existira a aldeia indígena de Marim dos Caetés o local dos seus sonhos. A vista era de uma beleza deslumbrante, vista até os dias de hoje, e encantou o donatário. Cessando as lutas com os naturais das terras, edificou Duarte Coelho a povoação de Olinda, naquele local de rara beleza, alto e com ampla visão do oceano, ideal para a defesa. Circula até hoje pelas bocas dos guias mirins de Olinda, uma lenda que o donatário teria exclamado: Ó linda! situação para fundar uma vila! A povoação foi elevada a vila, recebendo este nome em 12 de março de 1537, fazendo o donatário a doação das terras para a Vila.

As vilas eram colonizadas pelos europeus, índios e negros, os dois últimos povos foram feitos como escravos. O papel de Duarte Coelho era o de colonizar, explorar as terras e arrecadar impostos. Na região foram construídos vários engenhos, já que a terra era fértil e a cana-de-açúcar foi muito bem adaptada ao solo. A Capitania começou a prosperar e isso atraiu os olhares dos holandeses, que encabeçados pelo Conde Maurício de Nassau, invadiram toda a região, além da Paraíba e do Rio Grande do Norte, durante os anos de 1630 a 1654.

Fixaram-se então em Recife, primeiro devido a sua geografia plana e segundo, por terem ateadado fogo em Olinda. O domínio holandês foi positivo para a região, porque eles planejaram e construíram ruas e pontes, através de grandes nomes de profissionais da Europa da época, dando ao Recife o ar de uma cidade, longe do papel que tivera outrora como um porto para escoar a produção local.

Em 1645 deu-se início ao longo processo de expulsão dos holandeses das Capitanias, a chamada Insurreição Pernambucana, que em 1654 completamente esgotados, os holandeses se renderam deixando as regiões em pleno desenvolvimento, como a cidade de Recife que contava com os comerciantes e mascates, e ainda com todo vapor da produção de cana-de-açúcar em Olinda, habitada pelos senhores de engenho.

Guerra dos Mascates

A partir de 1654, a expulsão definitiva dos holandeses de Pernambuco provocou uma grande mudança no cenário econômico daquela região. Os grandes produtores de açúcar que anteriormente usufruíram dos investimentos holandeses, agora viviam uma crise decorrente da baixa do açúcar no mercado internacional e a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas. Contudo, esses senhores de engenho ainda possuíam o controle do cenário político local por meio do poder exercido na câmara municipal de Olinda.

Em contrapartida, Recife – região vizinha e politicamente subordinada à Olinda – era considerado o principal polo de desenvolvimento econômico de Pernambuco. O comércio da cidade trazia grandes lucros aos portugueses, que controlavam a atividade comercial da região. Essa posição favorável tinha como motivação as diversas melhorias empreendidas na cidade com a colonização holandesa, que havia transformado a cidade em seu principal centro administrativo.

Com o passar do tempo, a divergência da situação política e econômica entre os fazendeiros de Olinda e os comerciantes portugueses de Recife criou uma tensão local. Inicialmente, os senhores de engenho de Olinda, vivendo sérias dificuldades para investirem no negócio açucareiro, pediram vários empréstimos aos comerciantes portugueses de Recife. Contudo, a partir da deflagração da crise açucareira, muitos dos senhores de engenho acabaram não tendo condições de honrar seus compromissos.

Nessa mesma época, a complicada situação econômica de Olinda somou-se ao completo sucateamento da cidade, que sofreu com as guerras que expulsaram os holandeses. Com isso, a câmara de Olinda decidiu aumentar os impostos de toda a região, incluindo Recife, para que fosse possível recuperar o centro administrativo pernambucano. Inconformados, os comerciantes portugueses, pejorativamente chamados de “mascates”, buscaram se livrar da dominação política olindense.

Para tanto, os comerciantes de Recife conseguiram elevar o seu povoado à categoria de vila, tendo dessa maneira o direito a formar uma câmara municipal autônoma. A medida deixou os latifundiários de Olinda bastante apreensivos, pois temiam que dessa forma os comerciantes portugueses tivessem meios para exigir o pagamento imediato das dívidas que tinham a receber. Dessa forma, a definição das fronteiras dos dois municípios serviu como estopim para o conflito.

A guerra teve início em 1710, com a vitória dos olindenses que conseguiram invadir e controlar a nova cidade pernambucana. Logo em seguida, os recifenses conseguiram retomar o controle de sua cidade em uma reação militar apoiada por autoridades políticas de outras capitânias. O prolongamento da guerra só foi interrompido no momento em que a Coroa Portuguesa indicou, em 1711, a nomeação de um novo governante que teria como principal missão estabelecer um ponto final ao conflito.

O escolhido para essa tarefa foi Félix José de Mendonça, que apoiou os mascates portugueses e estipulou a prisão de todos os latifundiários olindenses envolvidos com a guerra. Além disso, visando evitar futuros conflitos, o novo governador de Pernambuco decidiu transferir semestralmente a administração para cada uma das cidades. Dessa maneira, não haveria razões para que uma cidade fosse politicamente favorecida por Félix José.

Guerra dos Bárbaros

Foi o nome dado à violência do homem branco oriundo de Portugal para com os índios, a população originalmente brasileira. Para os indígenas, o fato de terem sido “descobertos” já constitui um drama de proporções enormes. Os brancos com sua avidez e cobiça, negavam respeito a tudo. O que era considerado valioso, em especial as terras, certamente consistia em alvo dos seus interesses.

Partindo desta ótica é que se deu início ao que se intitula de luta pela terra e certamente é aqui que devemos aguçar a procura pelos motivos da má distribuição das terras.

Ora, não era algo bom para os índios aceitar estes roubos e também as muitas violações dos seus direitos considerados mais elementares. Isto gerou a necessidade de os “selvagens” se defenderem. Portanto, é nesta perspectiva que damos início à discussão do período mais intenso da sua resistência na nossa região, trata-se do que chamamos de “A Guerra dos Bárbaros”.

“Os brancos associavam o nome bárbaro aos índios, considerados por eles como adversários, devido à resistência indígena, pois ‘bárbaros’ seriam aqueles que se recusavam a aceitar o poder e a cultura dos homens brancos”.

Esse conflito foi um movimento de resistência dos índios brasileiros à dominação portuguesa que surgiu entre 1650 e 1720 e que, se deu após a expulsão dos holandeses quando os portugueses deram início à sua conquista pelo interior do Brasil, ou seja, ao projeto colonizador que consistia em “consolidar a colonização da faixa litorânea e, sobretudo, iniciar a marcha de conquista de áreas interioranas”.

A Capitania do Rio Grande acabou servindo como palco das maiores batalhas durante o conflito iniciado no ano de 1683, mas que teve maior relevância no ano de 1687. Diversos grupos de índios se envolveram no conflito contra os missionários, soldados e outros agentes da coroa que estavam empenhados em abrir espaço para a criação de gado.

Após a expulsão dos holandeses, um quadro de desolação tomou conta da Capitania Rio Grande: “ficou devastada, a população quase desapareceu”. Gados e plantios foram destruídos. “Os flamengos tinham incendiado as casas principais, queimados livros de registros”. Com isto, o governo tomou medidas para uma reorganização da Capitania reconstruindo edifícios, a defesa da cidade e também deu início a uma política de povoamento como dito anteriormente. Os colonos que faziam do interior sua morada, com a escassez de recursos para adquirirem escravos africanos, iam à captura dos nativos.

Se tratando do processo de colonização do sertão do Rio Grande, este sobreveio de maneira intensa apenas no final do ano de 1670 e o início de 1680. Este processo não se deu de forma pacífica, pois coincide com o início da Guerra dos Bárbaros ou Guerra do Açúcar.

Foi neste período que os grupos indígenas se organizaram no sentido de resistir e defender as suas terras. Esse evento certamente seria marcado por uma série de conflitos desencadeados entre os indígenas e colonos habitantes do interior da capitania, que resultou no movimento expansionista português que, por sua vez, provocou o devassamento desta região concluindo assim, com a ratificação de várias tribos indígenas.

A sociedade no período do açúcar era marcada pela grande diferenciação social. No topo da sociedade, com poderes políticos e econômicos, estavam os senhores de engenho. Abaixo, aparecia uma camada média formada por pessoas livres (feitores, capatazes, padres, militares, comerciantes e artesãos) e funcionários públicos.

E na base da sociedade estavam os escravos, de origem africana, tratados como simples mercadorias e responsáveis por quase todo trabalho desenvolvido na colônia. Era uma sociedade patriarcal, pois o senhor de engenho exercia um grande poder social. O conforto da casa-grande contrastava com a miséria e péssimas condições de higiene das senzalas (habitações dos escravos). A uma sociedade patriarcal, pois o senhor de engenho exercia um grande poder social. As mulheres tinham poucos poderes e nenhuma participação política, deviam apenas cuidar do lar e dos filhos.

A economia açucareira

A base da economia colonial era o engenho de açúcar. O senhor de engenho era um fazendeiro proprietário da unidade de produção de açúcar. Utilizava a mão-de-obra africana escrava e tinha como objetivo principal a venda do açúcar para o mercado europeu. Além do açúcar destacou-se também a produção de tabaco e algodão. As plantações ocorriam no sistema de plantation, ou seja, eram grandes fazendas produtoras de um único produto, utilizando mão-de-obra escrava e visando o comércio exterior.

O Brasil se tornou o maior produtor de açúcar nos séculos XVI e XVII. As principais regiões açucareiras eram a Bahia, Pernambuco, parte do Rio de Janeiro e São Vicente (São Paulo). O Pacto Colonial imposto por Portugal estabelecia que o Brasil (Colônia) só podia fazer comércio com a Metrópole, não devendo concorrer com produtos produzidos lá. Logo, o Brasil não podia produzir nada que a Metrópole produzisse. Desta forma foi estabelecido um monopólio comercial.

O monopólio foi de certa forma imposta pelo governo da Inglaterra a Portugal, com o objetivo de garantir mercado aos comerciantes ingleses. Portugal nunca chegou a ter uma indústria significativa e desta forma dependia das manufaturas inglesas. Portugal se beneficiava do monopólio, mas o país era dependente da Inglaterra. A colônia vendia metais, produtos tropicais e subtropicais a preços baixos, estabelecidos pela metrópole, e comprava dela produtos manufaturados e escravos a preços bem mais altos, garantindo assim o lucro de Portugal em qualquer das transações.

A base da sociedade colonial brasileira era formada pelos negros escravos. O trabalho compulsório, em processo de extinção na Europa, foi adotado no Novo Mundo dadas as condições da formação e consolidação do capitalismo comercial: no século XVI, o objetivo maior das potências europeias era o acúmulo de riqueza e, para atingi-lo, foi utilizado em diversas colônias da América, o trabalho escravo, no caso português, a opção teve como incentivo a escassez de mão de obra livre pela falta de excedente populacional na metrópole que pudesse suprir as necessidades coloniais.

Além disso, quem seria o trabalhador livre que, chegando ao território brasileiro e deparando-se com a imensidão de terra ociosa, estaria disposto a trabalhar em troca de um salário na propriedade de outros? E ainda, o tráfico de africanos era um negócio altamente rentável para os mercadores lusos, que detinham o monopólio desse setor do comércio internacional. O tráfico escravista: negros num navio “tumbeiro”. “Os escravos são as mãos e os pés dos senhores de engenho”, afirmava, em 1711, o jesuíta Antonil, observando a importância econômica dos escravos na sociedade patriarcal brasileira. Eram eles que desempenhavam todas as atividades produtivas no universo do engenho: trabalhavam nos canaviais, plantando e colhendo cana; cuidavam da transformação da cana em açúcar na fábrica dos engenhos; dedicavam-se a todas as atividades domésticas da casa-grande, como cozinheiras, costureiras, mucamas, cocheiros, amas de leite, moleques de recado entre outras; mantinha, na maioria das vezes, uma roça de onde extraíam parte de sua subsistência; e tratavam dos animais e de todos os afazeres necessários à sobrevivência do engenho.

Nas cidades, os escravos eram responsáveis por todas as atividades que demandassem qualquer espécie de esforço físico. A primeira leva de escravos africanos desembarcou no Brasil em 1550, no porto de Salvador. Ao longo do período colonial e até a extinção da escravidão no Brasil, milhões de negros, capturados na África e transportados em tumbeiros, vieram para as terras brasileiras, para trabalhar nas mais diversas atividades econômicas.

Os principais grupos de africanos desembarcados no Brasil foram os sudaneses, originários da Nigéria, Daomé (hoje, Benin) e Costa do Ouro, contando com grupos islamizados, denominados malês, e os bantos, de Angola, Congo e Moçambique.

EXERCÍCIOS

1. No processo de formação do território pernambucano, a partir da chegada dos portugueses na Capitania de Pernambuco ou Nova Lusitânia, os primeiros núcleos de povoamento foram as Vilas de
 - a) Itamaracá e Recife.
 - b) Igarassu e Olinda.
 - c) Igarassu e Recife
 - d) Recife e Olinda.
 - e) Itamaracá e Igarassu.

2. (FUVEST) A chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco, em 1710, deveu-se:
 - a) ao surgimento de um sentimento nativista brasileiro, em oposição aos colonizadores portugueses.
 - b) ao orgulho ferido dos habitantes da vila de Olinda, menosprezados pelos portugueses.
 - c) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e à aristocracia rural de Olinda pelo controle da mão de obra escrava.
 - d) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda, cujas relações comerciais eram, respectivamente, de credores e devedores.
 - e) a uma disputa interna entre grupos de comerciantes, que eram chamados depreciativamente de mascates.

03. (UECE) Considere as afirmações a seguir em relação à Guerra dos Mascates ocorrida na capitania de Pernambuco, entre 1710 e 1711:
 - I. A Guerra dos Mascates foi um conflito entre os comerciantes de Recife e os proprietários de terras de Olinda, no contexto em que, a primeira florescia e a segunda mostrava claros sinais de decadência.
 - II. A vitória dos comerciantes de Recife possibilitou a emancipação de sua vila e o fim da sujeição política, administrativa e jurídica a Olinda.
 - III. O discurso dos olindenses derrotados era aquele que os afirmava como nobres homens da terra, destituídos de suas prerrogativas por estrangeiros e seus descendentes aventureiros.
 Está correto o que se afirma em:
 - a) III apenas.
 - b) II e III apenas.
 - c) I apenas.
 - d) I, II e III.

04. Segundo o historiador Pedro Puntoni, no livro 'A Guerra dos Bárbaros', *“Sem dúvida alguma, a compreensão dos povos ditos tapuias como uma unidade histórica e cultural, em oposição não só ao mundo cristão europeu mas aos povos tupis, habitantes do litoral, foi um dos elementos mais importantes na caracterização coeva da unicidade dos conflitos ocorridos no Nordeste, ao longo das décadas finais dos Seiscentos e início dos Setecentos, no contexto específico do processo de expansão da pecuária e, portanto, da fronteira. De fato, a extensa documentação colonial refere-se ao conjunto de confrontos e sublevações*

dos grupos tapuias do sertão nordestino como uma „Guerra dos Bárbaros”, unificando, dessa maneira, situações e contextos peculiares. Por isso, tal como no episódio da chamada Confederação dos Tamoios, inventada pela intuição de Gonçalves de Magalhães, a Guerra dos Bárbaros foi igualmente tomada pela historiografia como uma confederação das tribos hostis ao império português, um genuíno movimento organizado de resistência ao colonizador. (...) Câmara Cascudo, que conhecia bem a documentação colonial do Rio Grande, criticou em sua História aqueles que, „lembrando a dos tamoios”, chamavam a Guerra dos Bárbaros, „romanticamente”, de confederação dos cariris „Não houve plano comum nem unidade de chefia.”

(PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros - Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo, Hucitec, 2002, p. 77;79).

A partir do texto acima, assinale a alternativa CORRETA.

Alternativas

- a) O autor defende que a existência de uma confederação dos cariris, ou mesmo, de uma Guerra dos Bárbaros generalizada são criações dos historiadores que mal interpretaram a documentação colonial.
 - b) O autor associa a Guerra dos Bárbaros à Confederação dos Tamoios, defendendo que ambas foram movimentos sociais indígenas contra a colonização.
 - c) O autor defende a existência de um confronto entre as forças da colonização e as populações indígenas sertanejas, organizadas em uma frente comum.
 - d) O texto defende que nunca existiu um levante indígena sertanejo contra a colonização, tendo sido a Guerra dos Bárbaros apenas uma invenção da historiografia.
 - e) Segundo o autor, por não haver unidade na resistência indígena contra a colonização, essa resistência não teria existido.
- 5) (Unifesp-SP) Com relação à economia do açúcar e da pecuária no nordeste durante o período colonial, é correto afirmar que:
- a. Por serem as duas atividades essenciais e complementares, portanto as mais permanentes, foram as que mais usaram escravos.
 - b. A primeira, tecnologicamente mais complexa, recorria à escravidão, e a segunda, tecnologicamente mais simples, ao trabalho livre.
 - c. A técnica era rudimentar em ambas, na agricultura por causa da escravidão, e na criação de animais por atender ao mercado interno.
 - d. Tanto em uma quanto em outra, desenvolveram-se formas mistas e sofisticadas de trabalho livre e de trabalho compulsório.
 - e. Por serem diferentes e independentes uma da outra, não se pode estabelecer qualquer tentativa de comparação entre ambas.

GABARITO

- 1) E; 2) D; 3) D; 4) A; 5) B